| ECONOMIA • PAULO SANDRONI

UMA SEREIA DE DUAS CABEÇAS

O malogro nas eleições municipais de 2020 levará o governo federal a surfar perigosas ondas provocadas por uma sereia de duas cabeças: a continuidade do auxílio-emergencial – ainda que portando outra roupagem, tipo Bolsa Família – e a superação do teto de gastos via recursos destinados aos investimentos.

Trilhar esses caminhos – ambos, de preferência – tentando recuperar o apoio político eleitoral perdido nos últimos meses, especialmente nas capitais, talvez seja a única alternativa para reforçar as esperanças presidenciais de reeleição em 2022.

A perda político-eleitoral condicionada pelo repique inflacionário dos alimentos e pelo término do auxílio-emergencial – que afeta as famílias mais pobres – se agrava. O setor empresarial, sobretudo o ligado às atividades agroexportadoras, anda ressabiado com um dueto que atrapalha os negócios: o descaso com a devastação causada pelo binômio fogo e motosserra; e a hostilidade gratuita desfechada contra a China, nosso principal parceiro comercial. A corrosão do apoio nesse segmento empresarial lembra que ministros, até os do grupo ideológico, não são insubstituíveis.

Somando-se o desastre das ações contra a Covid-19, abre-se um quadro de incertezas políticas e econômicas e grande preocupação sobre a capacidade de o governo federal colocar a economia no rumo da recuperação em 2021.

Ocorre que esses dois caminhos, que poderiam restaurar uma parte do apoio político-eleitoral perdido, batem de frente com a tentativa de equilíbrio fiscal ou com a perspectiva de que o déficit público não exploda, condição básica para o retorno maciço

dos investimentos do setor privado, imprescindível para a recuperação da economia no médio prazo.

Iniciar 2021 com número recorde de desempregados e uma segunda onda da epidemia entrando sem bater – diante de uma porta escancarada – vai impor algum tipo de auxílio-emergencial, ou as consequências serão das mais sombrias do ponto de vista da estabilidade social. Isso contribui, no entanto, para precipitar o dilema que ameaça a execução de uma política econômica com um mínimo de coerência.

É triste ver o Ministério da Economia tentar dançar uma música que, todos sabem, não está sendo executada pelo maestro.

A evolução da dívida pública é o principal problema estrutural a ser enfrentado. Embora alguns minimizem a questão, especialmente agora, diante do surgimento de pelo menos duas vacinas eficazes no combate ao vírus, a volta à normalidade ainda está longe do nosso alcance. Até lá, não será surpresa se o processo de endividamento e o desemprego apresentarem viés de alta.

A elevação da taxa de juros e dos índices inflacionários pode se impor com maior força se os cantos da sereia forem adotados como hino pelos residentes no Planalto. A experiência durante esses dois anos não deixa dúvidas quanto à influência desagrega-

dora que as próximas eleições presidenciais exercem nas atitudes do governo federal. Resta saber até que ponto as demais forças políticas e institucionais deixarão que interesses imediatos, sempre tentadores, comprometam, durante os próximos dois anos, os interesses nacionais de médio e longo prazo.

INICIAR 2021
COM RECORDE DE
DESEMPREGADOS E
UMA SEGUNDA ONDA
DA EPIDEMIA VAI
IMPOR ALGUM TIPO DE
AUXÍLIO-EMERGENCIAL,
OU AS CONSEQUÊNCIAS
SERÃO DAS MAIS
SOMBRIAS DO
PONTO DE VISTA DA
ESTABILIDADE SOCIAL.